

Recebimento: 18/11/2021

Aceite: 20/12/2021

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR A PARTIR DA DIMENSÃO SOCIAL

TERRITORIAL APPROACH TO DEVELOPMENT: A VIEW FROM THE SOCIAL DIMENSION

Edemar Rotta¹

Tiago Roberto Alves Teixeira²

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas³

Aurea Andrade Viana de Andrade⁴

Diomar Augusto de Quadros⁵

Resumo

Os processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental resultam em um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumulam ao longo da história num determinado território, ou seja, se referem ao patrimônio territorial. Nestes processos, a dimensão social adquire importância, pois compreende as diferentes relações que ocorrem nas sociedades e destas com a natureza. Este artigo tem como objetivo estabelecer uma reflexão sobre a dimensão social do território a partir da abordagem territorial do desenvolvimento. O texto está organizado em seções, nas quais são explicitados os pressupostos epistemológicos; detalhados os componentes básicos que nos permitam compreender a dimensão social; e apresentados possíveis procedimentos de coleta e análise dos dados, capazes de orientar pesquisas que tenham como foco o patrimônio territorial a partir da dimensão social. Trabalhou-se com três grandes componentes e dezoito variáveis, a partir de uma abordagem interdisciplinar, multidimensional e multiescalar, atenta às grandes transformações em curso nas sociedades mundiais, mas, ao mesmo tempo, sensível às manifestações dos diferentes atores e ao desenho dos diversos cenários.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Patrimônio territorial. Dimensão social.

Abstract

¹ Doutor em Serviço Social (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo – RS, Brasil. E-mail: erotta@uffs.edu.br

² Doutor em Geografia Econômica e Política (Syracuse University). Pesquisador Associado na Durham University, Reino Unido. E-mail: tiago.porto@hotmail.com

³ Doutora em Sociologia da Família (Universidade de Évora). Professora aposentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Portugal. E-mail: mcovas@ualg.pt

⁴ Doutora em Geografia. Professora da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão – PR, Brasil. E-mail: aureavgeo@yahoo.com.br

⁵ Doutor em Alimentos e Nutrição. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral), Matinhos - PR, Brasil. E-mail: diomar@ufpr.br

The historical processes of socioeconomic and cultural construction and reconstruction in the relationship with the environmental surroundings result in a set of assets and resources, material and immaterial, that accumulate throughout history in a given territory; that is, they refer to the territorial heritage. In these processes, the social dimension becomes important, as it comprises the different relationships that occur within societies and between societies and nature. This article aims at establishing a reflection on the social dimension of territory from a territorial approach to development. The text is organized into sections, in which the epistemological assumptions are explained; the basic components that allow us to understand the social dimension are detailed; and possible procedures for data collection and analysis are presented, which are capable of guiding research that focuses on territorial heritage from the social dimension. We worked with three major components and eighteen variables, from an interdisciplinary, multidimensional, and multiscale approach, which are attentive to the great transformations underway in world societies, but, at the same time, sensitive to the manifestations of different actors and the design of various scenarios.

Keywords: Territorial Development. Territorial heritage. Social dimension.

Introdução

Este artigo visa estabelecer uma reflexão sobre a dimensão social do território a partir da abordagem territorial do desenvolvimento. Insere-se em um intento coletivo de pesquisadores de diversas universidades brasileiras, latino-americanas e europeias articulados em torno do projeto de pesquisa “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões (ProPAT)”⁶, o qual vem sendo desenvolvido desde o segundo semestre de 2020 e que já estabeleceu seus pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos a partir dos quais propõe caminhar (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA et al., 2021).

O patrimônio territorial refere-se ao conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, representados nas suas diferentes dimensões (produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual) (DALLABRIDA, 2020; MAGNAGHI, 2015). Assim, a dimensão social é da maior importância, pois compreende as diferentes relações que ocorrem entre sociedade e natureza.

É preciso deixar claro, no início deste texto, que a reflexão sobre a dimensão social do território não significa que ela possa ser isolada da totalidade, mas sim que ela possa ser esmiuçada, com o devido rigor científico, no sentido de melhor compreendê-la. A compreensão da totalidade é que dá sentido às suas múltiplas dimensões e escalas. Porém, não se entende a totalidade sem um olhar analítico, com a lupa da ciência, no sentido de explicitar suas características constitutivas. Como bem refere Edgar Morin (2005, p. 75), “não posso conceber o todo sem as partes e não posso conceber as partes sem o todo [...] que o adquirido no conhecimento das partes volta-se sobre o todo” e que “pode-se enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos”.

Ao definir os pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam o projeto de pesquisa (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA et al., 2021), os pesquisadores envolvidos indicaram as diretrizes a partir das quais se deva examinar a dimensão social. Estas diretrizes provêm de quatro campos epistêmicos: (i) a Nova Teoria dos Sistemas; (ii) a Teoria da Complexidade; (iii) o Materialismo Histórico-dialético; (iv) e a Perspectiva da Decolonialidade e do Descentramento.

A Nova Teoria dos Sistemas nos indica que o território pode ser compreendido como um conjunto de componentes e variáveis organizadas, interdependentes, integradas, e complementares que constitui um sistema autopoietico, isto é, em constante processo de construção/reconstrução, a partir das relações e interações estabelecidas entre seus componentes internos e destes com seu

⁶ No âmbito da Universidade Federal do Paraná/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável este tema está sendo tratado no Projeto “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico”.

entorno. Esta perspectiva dá ao território um caráter de organização e, ao mesmo tempo, de fluidez e reconstrução permanente (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

A Teoria da Complexidade nos indica a necessária superação do paradigma cartesiano-newtoniano, que divide e separa, pelo pensamento complexo, cujo maior propósito é “prestar conta das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias e entre conhecimentos” (MORIN, 1996, p. 177). Significa avançar na busca do conhecimento multidimensional, que respeita as diversas dimensões dos fenômenos (biológicos, sociais, culturais, econômicos, naturais...), procurando as inter-relações, interações, retroações..., e abrindo possibilidades para as incompletudes, acasos e incertezas. Na perspectiva epistêmica de Edgar Morin, o objetivo do conhecimento não é fornecer respostas absolutas e completas, mas sim abrir o diálogo (LIMA, 2010). Incorporar esta perspectiva nos estudos sobre o patrimônio territorial implica trabalhar com os princípios do anti-reducionismo, do pluralismo, da multidimensionalidade, da incompletude e da incerteza (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

O Materialismo histórico-dialético considera a história como eixo da explicação e da compreensão científica e tem na ação social e política uma das principais categorias epistemológicas. “A ciência é concebida como diálogo crítico irrestrito com foco na objetividade (princípio da unidade dos contrários). A ação social (práxis) é a categoria epistemológica fundamental, e a relação dinâmica (concreta, histórica, práxica) *sujeito-objeto* constitui o centro das ações cognitivas” (ARENHART et al., 2021, p. 99). Nas pesquisas com base neste enfoque, o procedimento investigativo fundamental consiste em identificar os atores, caracterizar os cenários, identificar os interesses em jogo, explicitar as contradições e apontar as perspectivas. Trata-se de uma vertente epistemológica profícua para os estudos do patrimônio territorial, pois ela aponta para a necessidade de um conhecimento situado e interessado, orientado pelos princípios da contradição, da historicidade e da totalidade, essenciais na compreensão de contextos socioeconômicos, culturais e ambientais representados pelos territórios (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

A Perspectiva da Decolonialidade e do Descentramento nos impele a compreender a realidade para além dos modelos dominantes da ciência e dos grupos hegemônicos na sociedade, fazendo emergir a diversidade e a pluralidade. Conforme Boaventura de Sousa Santos (2009), significa incorporar a diversidade do mundo e o pluralismo epistemológico que reconhecem a existência de múltiplas visões que são essenciais para o alargamento dos horizontes da mundaneidade e para o reconhecimento de experiências e práticas sociais e políticas alternativas. Trata-se, “de priorizar concepções epistemológicas que evitem a exclusão e o silenciamento de sujeitos, com seus saberes e cosmovisões, muitas vezes, negados como explicativas e orientadoras legítimos de condutas, seja de minorias ou grupos marginalizados e/ou despossuídos” (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021, p. 266).

A partir destes referenciais epistemológicos que ancoram o projeto de pesquisa, propõe-se trabalhar com a dimensão social a partir três componentes articulados entre si. O primeiro deles constituído pelas relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades. O segundo, centrado na compreensão das formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas. O terceiro, focado no entendimento dos valores, normas e estruturas sociais que “moldam” e dão consistência às diferentes sociedades.

O detalhamento destes componentes far-se-á nas primeiras seções deste artigo. Explicitados os pressupostos epistemológicos e detalhados os componentes básicos que nos permitam compreender a dimensão social, far-se-á, na parte final do artigo, a proposição de possíveis procedimentos de coleta e análise dos dados, capazes de orientar pesquisas que tenham como foco o Patrimônio Territorial.

Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços

A presente seção visa desenvolver uma abordagem analítica para examinar a dimensão social na dinâmica territorial do desenvolvimento, referindo-se às relações de trabalho e acesso aos bens e serviços. A seção está dividida em duas principais partes. Na primeira se desenvolve o aporte teórico, explicitando os principais conceitos teórico-analíticos de referência para a análise das relações de trabalho na dinâmica territorial do desenvolvimento. Na segunda parte, cinco variáveis são apresentadas como importantes elementos adicionais para se analisar as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços, no Brasil.

O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, onde faz-se necessário a produção de mercadorias para serem vendidos no mercado. Nesse modo de

produção o trabalho é um componente central. É por meio do trabalho que os seres humanos modificam a matéria-prima extraída da natureza para transformá-la em produtos. Como Marx teorizou, cada sociedade possui relações de trabalho baseadas em diferentes formas de divisão, organização, regime e técnicas de trabalho. No capitalismo, como bem se sabe, as relações de trabalho são relações que ocorrem entre duas forças; os capitalistas que detém os meios de produção, e os trabalhadores, aqueles que não possuem tais meios (PATTENDEN, 2016; BAGLIONI, 2018).

Nesse contexto, as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços (ou consumo) possuem uma intrínseca conexão e proximidade. Bens-duráveis ou não-duráveis e serviços, assim como o acesso a tais mercadorias, nada mais são do que produtos das relações de trabalho. Trabalho é necessário para produzir, distribuir e comercializar mercadorias, mas é também necessário para que trabalhadores assalariados possam consumi-los. Isso envolve extensas relações de trabalho dentro e fora das empresas e, apesar de tais relações de trabalho terem uma aparência de neutralidade, na verdade, essas são marcadas por relações contraditórias e de poder (SMITH et al., 2018).

De um lado, para que os capitalistas se mantenham competitivos e maximizem seus lucros, esses buscam explorar os trabalhadores o máximo possível, pagando salários baixos e intensificando as jornadas de trabalho para aumentar a produtividade/produção. Para tal, capitalistas utilizam diferentes ferramentas como a terceirização da produção (ou até mesmo a terceirização da terceirização), contratação de trabalhadores informais, a expansão da subcontratação, ou práticas dentro das empresas para ampliar o controle sobre os trabalhadores, assim aumentando a produtividade. Do outro lado, os trabalhadores buscam reverter tal cenário de exploração, reivindicando melhores salários e condições de trabalho, muitas vezes por meio de greves. Assim sendo, as relações de trabalho são contraditórias e baseadas em relações abusivas (SMITH et al., 2018).

Um problema gerado por tal contradição (aumentar produção/produtividade versus diminuir salários) é que a maioria dos trabalhadores acaba tendo um acesso limitado e precário aos bens de consumo e serviços (BRASIL, 1998). Além disso, o modo de produção capitalista fica vulnerável às crises de superprodução, já que os trabalhadores que consomem tais mercadorias não possuem poder de compra para consumir na mesma velocidade da produção (HARVEY, 2005). Vale ressaltar que tal contradição é mais agravante nos países do sul global, também chamados de periféricos, devido às suas históricas relações de dependência em relação aos países centrais do norte global.

Tal fato tem sido agravado, nas últimas quatro décadas, com a intensificação da globalização e de políticas neoliberais. Em países Latinos como o Brasil, a precariedade do trabalho, a distribuição desigual da renda e de acesso a bens e serviços são alguns dos muitos problemas que nos assolam. Em específico, o acesso aos bens e serviços considerados vitais tem sido, muitas vezes, impossibilitado por políticas econômicas que recusam reconhecer o direito básico do cidadão em ter acesso ao mínimo. Frente a esses desafios e realidades, o presente artigo analisa as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços, em específicos territórios, de acordo com a abordagem teórica conceituada como “regime de controle do trabalho local” (JONAS, 1996).

Como apontado anteriormente, relações de trabalho são contraditórias. Por isso, ao mesmo tempo que os capitalistas buscam maximizar seus lucros, explorando trabalhadores, tais capitalistas precisam manter certos níveis sociais nos territórios locais para que os trabalhadores estejam “apaziguados” (JONAS, 1996). Enquanto os capitalistas possuem controle dos trabalhadores dentro das plantas produtivas, o mesmo não pode ser dito nas esferas de consumo e reprodução. Assim sendo, para garantir acumulação e estabilidade, capitalistas criam, nos territórios locais, um “regime de controle do trabalho local”, ou seja, estruturas e práticas institucionais que promovem reciprocidades entre as esferas de produção, consumo e reprodução (JONAS, 1996). Um “regime de controle do trabalho local” visa facilitar o acesso dos trabalhadores no mercado de trabalho aos lugares de produção, reproduzir trabalhadores produtivos, coordenar as normas salariais e de consumo, e por fim, facilitar acumulação de capital. Portanto, um “regime de controle do trabalho local” tem como finalidade encorajar a participação dos trabalhadores de acordo com relações de trabalho existentes, mas também, moldar e produzir trabalhadores e os inserem no processo de trabalho (JONAS, 1996).

Um exemplo dessa abordagem é o estudo de Smith et al. (2018) sobre o setor produtivo de vestuários em Moldávia. O autor demonstra como as políticas neoliberais desse país, assim como a estratégia estatal de conectar produtores locais de vestuários com compradores no oeste Europeu resultou em um regime de controle do trabalho local marcado por relações de trabalhos precárias e

pela falta de acesso a bens e serviços. Isso porque compradores Europeus levaram tais produtores de roupas a adotarem uma nova estrutura produtiva baseada em contratos com preços baixos e curto tempo de produção preestabelecidos, os quais afetaram as relações de trabalho e capacidade de reprodução social dos trabalhadores. Smith et al. (2018) aponta que tais fábricas pagam salários-mínimos como norma, com pagamentos extras como bônus de acordo com o número de peças produzidas por cada trabalhador. Isso leva os trabalhadores de tais empresas a viverem abaixo da linha de pobreza ou a trabalhar diversos turnos para conseguir um nível mínimo de acesso a bens e serviços. Outro problema é o elevado número de trabalhadores informais, majoritariamente mulheres, que aceitam tais condições para evitar redução salarial devido a impostos.

Neste cenário, entende-se que a análise da dimensão social, na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que se refere às relações de trabalho e acesso a bens e serviços, precisa ter como referência, pelo menos, cinco variáveis: (i) situação do trabalho formal; (ii) situação do trabalho informal; (iii) distribuição de renda entre as classes ou estratos de classe; (iv) indicadores de desenvolvimento humano; e (v) indicadores de vulnerabilidade social.

Quanto à primeira e segunda variáveis, as quais se referem à situação do trabalho formal e informal, sugere-se analisá-las em conjunto. Sugere-se uma coleta de dados quantitativos secundários quanto à significância do setor formal e informal em um determinado território e setor econômico. No caso do setor formal, se propõe ter por referência elementos como: atividade, renda, jornada de trabalho, escolaridade e gênero. Os dados sobre os níveis de formalização do emprego são importantes para dimensionar as condições de trabalho de um território e o tipo de relações de trabalho ali existentes. Como se sabe, a elevação de desemprego resulta não somente em um crescimento do trabalho informal, mas também em uma maior precarização das relações de trabalho (MATTEI; HEINEN, 2018).

Quanto ao setor informal, recomenda-se atenção às seguintes categorias: autônomos informais; trabalhadores informais em empresas formais e informais, porém empregados devido a relações familiares; trabalhadores informais exercendo suas funções em empresas informais ou formais; e empresas formais que empregam trabalhadores informais para evadir tributação (CHEN, 2012). Sugere-se analisar o setor informal como resultado de um processo de despossessão – ou seja desemprego gerado por crises conjunturais que abastecem o exército industrial de reserva apontado por Marx – e de reposição, processo que permite aos capitalistas poderem reinvestir seu capital acumulado (MILLAR, 2007).

Como dito anteriormente, se propõe analisar a economia informal de um território em conjunto com a economia formal. Isso porque, como Millar (2007) apontou, no sistema capitalista, trabalhadores informais são de crucial importância para o setor formal, já que fornecem mercadorias com custos extremamente baixos para que trabalhadores formais mal remunerados possam sobreviver com uma renda mínima. Assim ambos estão conectados e faz-se importante analisá-los em conjunto.

Quanto à terceira variável, distribuição de renda entre as classes ou estratos de classes, sugere-se a utilização do Índice de Gini como referência fundamental, pois ele mede a evolução do grau de concentração de renda de um país, região ou município ao longo dos anos (Índice de Gini varia de 0 a 1, quanto mais próximo de um, mais elevada é a concentração de renda) (NEVES et al., 2016). Portanto, tal índice permite à pesquisadores identificar se a área de estudo tem presenciado, ao longo dos anos, um aumento na desigualdade de renda. Tal indicador pode ser usado como passo inicial para pesquisas qualitativas sobre os possíveis atores políticos e econômicos (ou políticas) gerando tal desigualdade e como isso tem impactado as relações de trabalho, as relações salariais, e, conseqüentemente, o acesso aos bens e serviços. Pesquisadores têm demonstrado que municípios com menor grau de concentração de renda normalmente possuem um grau de escolaridade mais elevado e maiores salários. Análises podem ser voltadas também para identificar como a concentração de renda, em certos municípios, afeta de forma diferenciada mulheres, migrantes e Afrodescendentes (NEVES et al., 2016).

No que se refere à quarta variável, indicadores de desenvolvimento humano, propõe-se a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como referência. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vai além da clássica dimensão econômica para analisar o desenvolvimento, compreendendo três dimensões essenciais: longevidade, educação e renda. Tal índice tem sido utilizado em diferentes lugares para analisar o grau de desenvolvimento, não somente de países, mas também de municípios. Os valores díspares do IDH entre os municípios de um país ou entre países demonstram que os habitantes possuem condições desiguais de escolhas e

de acesso a oportunidades (BITOUN; MIRANDA; PAIVA, 2005; BAUMANN, 2008). Estudos têm demonstrado que há uma relação entre o IDH e a qualidade das relações de trabalho e acesso a bens e serviços, já que uma dimensão está relacionada à renda e a outra à educação (BAUMANN, 2008). Por exemplo, Ghai (2006) demonstra que, em geral, países com elevados níveis de renda per capita possuem também alta incidência de trabalho decente. Ou seja, quanto mais baixo for o IDH de um país ou município, maior a probabilidade da existência de relações de trabalho precárias e dificuldades de acesso a bens e serviços.

Por fim, a última variável de análise das relações de trabalho e acesso aos bens e serviços proposta é o indicador de vulnerabilidade social. Este indicador pode ser aferido através do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Em países do sul global como o Brasil, apesar da existência de iniciativas públicas visando diminuir o desemprego e as relações de trabalho precário, ainda há elevada proporção de trabalhadores em situações vulneráveis (PRONI, 2013). O IVS é um indicador que demonstra o nível de vulnerabilidade social de um lugar (muito baixa até alta vulnerabilidade social, 0-1), e tem sido utilizado como uma forma de orientar gestores públicos no design de políticas públicas sintonizadas com a realidade dos municípios (IPEA, 2015). O IVS é calculado de forma geral baseado na infraestrutura urbana, no capital humano e na renda de trabalho (IPEA, 2015). Por exemplo, o IVS permite que pesquisadores e gestores políticos identifiquem municípios e/ou territórios que se encontram em situação vulnerável em relação à renda e ao trabalho e, dessa forma, possam debater políticas de desenvolvimento territorial, a partir da realidade local, no sentido de melhorar tal condição (RAMOS; COSTA, 2018).

As formas de organização e interação

Nesta seção, se faz uma abordagem compreensiva, aberta e plural da dimensão social e da sua importância na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que diz respeito às formas de organização e interação, no momento histórico em que nos encontramos. Esta seção está dividida em duas partes principais, sendo que a primeira, mais do que uma narrativa teórica, procura dar conta de uma emergência histórica, a saber, a grande transformação epistemológica e paradigmática (KUHN, 2021) que as grandes transições em curso nos impõem e que impactam, justamente, sobre as formas de organização e interação que agem sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento. Na segunda parte, seis variáveis são apresentadas esquematicamente como importantes elementos adicionais para analisar as formas de organização e interação no Brasil: (i) os grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) os movimentos sociais organizados; (iii) as principais redes de relações; (iv) as organizações e instituições sociais; (v) as principais formas de interação, cooperação e associação; e (vi) os principais conflitos.

Em relação à primeira parte, é imperioso registrar a importância do contexto e do momento histórico em que nos movemos. As grandes transições que irão ocorrer daqui até 2050, como consequência da descarbonização, digitalização, fluxos migratórios e intermitência sócio laboral impõem uma abordagem complexa da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2010). Ou seja, impõem uma atitude interdisciplinar que, de acordo com alguns autores, nos introduz à revolução da nova economia (RIFKIN, 2001) e a uma nova sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2010).

Em primeiro lugar, no plano da globalização, três dimensões de análise se afiguram fundamentais: i) o estado da ordem internacional e multilateral (crítico na atual conjuntura), ii) a provisão de bens públicos globais (existe um grave déficit de oferta) e iii) a política regulatória (num momento difícil como se observa na COP 26). Estas três dimensões de análise têm um impacto direto na regulação das interações socioeconômicas, socioculturais e socioambientais. Em segundo lugar, as grandes transições aumentam a complexidade e diversidade das interações, ou seja, os efeitos assimétricos, os imponderáveis do acaso, as mudanças paradigmáticas, que precisam ser observadas e monitoradas para prevenir impactos negativos na coesão econômica, social e ambiental dos territórios. Em terceiro lugar, é fundamental evitar o agravamento da desigualdade social que resultará ampliada se os dois primeiros planos analíticos não forem devidamente abordados. Nesta matéria, três instrumentos são decisivos em nível territorial para prevenir aqueles efeitos: os arranjos produtivos locais, as redes colaborativas e a cooperação territorial descentralizada (ou seja, criar territórios rede) (COVAS; COVAS, 2014a). Estes instrumentos funcionam como almofadas preventivas da desigualdade social devido à sua proximidade com a origem dos problemas sociais. As três dimensões referidas anteriormente – globalização, grandes transições, desigualdade e

polarização social – estarão sempre presentes na análise das seis variáveis que a seguir se descreve, na segunda parte desta seção.

A primeira variável, “delimitação dos grupos sociais mais desfavorecidos”, segue a indicação dos quatro planos de desigualdade mais críticos: as grandes áreas metropolitanas, as comunidades urbanas de pequena e média dimensão, as comunidades rurais e as comunidades dos povos tradicionais (HAESBAERT, 2021). A primeira tarefa, em cada caso, consiste em encontrar o mecanismo de concertação ou plataforma social que irá promover o diálogo/negociação entre as partes e, depois, as medidas de política pública e as soluções mais ajustadas a cada grupo social (INNERARITY, 2009).

A segunda variável procura dar conta da “identificação dos movimentos sociais existentes”. As grandes transições e os desafios que elas lançam à sociedade vão resultar, além dos movimentos sociais já existentes, novos movimentos sociais que se encontravam expectantes, a começar pelas organizações não governamentais e outras associações da sociedade civil. A questão crítica da desigualdade social impõe que estes movimentos construam plataformas que respondam mais diretamente aos novos desafios e criem, por essa via, mais e melhor capital social. Por isso, todos os movimentos e organizações sociais existentes devem observar o funcionamento das cadeias de valor e dos arranjos produtivos locais e, por meio da conversão do patrimônio em ativos territoriais, procurar entender como um mecanismo de rede pode ligar uma série de oportunidades de emprego/trabalho e criar uma nova dinâmica ou ação coletiva de base territorial (DIAS; SILVEIRA, 2007).

A “identificação das principais redes de relações” constitui a terceira variável que importa caracterizar. Neste caso, se faz necessário distinguir, por um lado, as redes de relações já institucionalizadas, e, por outro, as dinâmicas de relações sociais que funcionam às margens do sistema social de cada território em concreto. Num plano mais teórico, estas dinâmicas podem seguir a seguinte tipologia: i) relações simplesmente ajustáveis ou incrementais; ii) relações adaptáveis; e iii) relações disruptivas. Por outro lado, no plano da teoria crítica, as grandes transições da próxima década obrigam-nos a reconsiderar as relações sociais, e, por isso, sempre que possível, deverá ser criado um observatório de inovação social com o objetivo de equacionar uma abordagem mais complexa das redes de relações em consequência destas grandes transições (INNERARITY, 2010).

A quarta variável se concentra na “caracterização das organizações e instituições sociais”. Deste ponto de vista, a emergência climática e o desenvolvimento territorial sustentável são uma referência incontornável que deve ser testada no plano prático e operacional. Para o efeito, as organizações e instituições sociais devem criar plataformas colaborativas e mecanismos de concertação, tendo em vista a recolha e tratamento de dados, sem os quais a sua ação fica bastante prejudicada, bem como, a eficácia das medidas de política pública que elas aplicam. Importa, ainda, pensar no impacto das grandes transições e nas ações de urgência e emergência que as organizações e instituições devem aplicar.

A “identificação das principais formas de interação, cooperação e associação” se constitui na quinta variável a ser analisada. Estas formas adquirem uma relevância especial à medida que cresce a sua ligação aos bens públicos e aos bens comuns colaborativos (CORIAT, 2015). Isto significa que a privatização do território reduz o campo de ação daquelas formas de interação. Para preencher este défice torna-se imperativo encontrar soluções de interação, cooperação e associação, através de clubes de produtores e de consumidores, cooperativas de trabalho em comum, espaços de *co-working*, incubadoras de *start ups*, associações ambientais e culturais, entre outras. Todas estas organizações podem estabelecer redes de relações inovadoras apoiadas em dispositivos tecnológicos e digitais de cooperação descentralizada (COVAS, 2021; DALLABRIDA; COVAS; COVAS, 2017; INNERARITY, 2010).

A última variável desta seção se concentra na necessidade da “caracterização dos principais conflitos” presentes em um território. Os conflitos fazem parte da dinâmica social, velhos e novos, em resultado dos processos de mudança e/ou transformação social. Geralmente, os conflitos podem ser identificados a partir de quatro tipos principais: i) os de natureza corporativa, devido a conflitos de interesses, de classes, estratos de classe e grupos sociais específicos; ii) os que surgem por falhas de inovação tecnológica (iliteracia digital); iii) os que acontecem devido a lacunas de política pública; e iv) os que emergem, muito provavelmente, pela acumulação dos três primeiros tipos de conflitos. Além disso, há, ainda, dificuldades adicionais que se reportam à multiescalaridade (territórios em escalas diferentes de administração) e a dificuldades de comunicação. Finalmente, uma última

difficuldade diz respeito à ausência de instituições acreditadas nas relações de arbitragem e regulação entre os atores e o sistema (COHEN, 2018).

Se pode referir, para fechar esta seção, que um dos grandes desafios que se coloca à dimensão social do território, de acordo com a abordagem territorial do desenvolvimento, é a coevolução entre a justiça climático-ecológica e a justiça social. Elas são duas faces da mesma moeda e influenciam diretamente o modelo de desenvolvimento territorial. Neste contexto as formas de organização e interação dependem do modo como a sociedade for capaz de mobilizar os três tipos de inteligência: racional, emocional e artificial. Para o efeito, um determinado território em concreto é não apenas um objeto de conhecimento (inteligência racional), mas também um território desejado (inteligência emocional), capaz de mobilizar entusiasmo e adesão para um projeto de futuro. Dito de outro modo, é preciso construir uma convergência benigna e virtuosa entre transição digital, sociedade em rede e gestão inteligente do território em que a inteligência coletiva territorial desempenha o papel principal. A sequência – estrutura de missão, plataforma colaborativa, tecnologias digitais, economias de rede – forma, no seu conjunto, o conceito aqui designado como inteligência coletiva territorial (COVAS, 2021; COVAS; COVAS, 2013a; 2013b; 2014a; 2014b; 2019; COVAS; COVAS; DALLABRIDA, 2019) ou simplesmente “inteligência territorial”, conforme Dallabrida (2020)⁷.

Valores, normas e estruturas sociais

Nesta seção, são fornecidos alguns elementos analíticos e conceituais de valores humanos, baseados em conflitos, contradições ou compartilhados socialmente e como esses valores estão imbricados com as normas na constituição da estrutura social. Neste sentido, na abordagem da dimensão social, identificar os atores, os interesses de classes, as contradições, os processos históricos, especialmente compreender a estrutura social, isto é, como a sociedade se organiza são essenciais para os estudos territoriais. *A seção está dividida em duas partes. Na primeira, discute-se os pressupostos teóricos dos conceitos basilares para a análise dos valores, normas e estruturas sociais. Na segunda parte, são apresentadas sete variáveis complementares e fundamentais para compreender e avaliar os valores, normas e a estrutura social brasileira.*

É oportuno destacar que no âmago das sociedades existe um conjunto de valores, ou “códigos de conduta” aos quais os sujeitos, ou grupos sociais estão subordinados. No entanto, na sociedade capitalista, as relações sociais são marcadas por diversos tipos de conflitos, contradições e de disputas de classes. Esses valores também cumprem um papel decisivo na práxis social. Portanto, a hegemonia dos valores dominantes (de classes ou de grupos), influencia, de certo modo, a população a agir nos territórios conforme suas crenças e interesses, especialmente econômicos e políticos. Sendo assim, criam uma percepção abstrata de valores supostamente universais.

Os valores humanos, um dos temas centrais nas ciências sociais, ganhou notoriedade com os estudos de sistema de valores de Rokeach (1979), especialmente a partir da década de 1960. Na tentativa de explicar os padrões humanos, o autor afirma que os sujeitos, os grupos, as normas, bem como os comportamentos são, muitas vezes, estabelecidos pelas orientações de valores universais. Para Rokeach (1979), um sistema de valores consiste em um arranjo hierárquico de valores, categorizados em um espaço de tempo. Em outras palavras, trata-se de um “conjunto organizado de normas preferenciais que são utilizadas na seleção de objetos e ações, na resolução de conflitos, na invocação de sanções sociais e na resposta a necessidades ou reivindicações de defesas sociais e psicológicas de escolhas feitas” (ROKEACH, 1979, p. 20).

Esses sistemas de valores são divididos em valores terminais e instrumentais. O primeiro refere-se a estados finais desejáveis de existência, isto é, os objetivos que um sujeito gostaria de alcançar durante a sua vida. Porém, podem variar entre diferentes grupos. Os instrumentais referem-se a modos de comportamento preferíveis dos sujeitos, ou dos grupos, com objetivo de alcançar os valores terminais (ROKEACH, 1979). Neste sistema, a hierarquia de valores permite a comparação entre os sujeitos e grupos (sociais e culturais), “não somente em termos de cada um dos valores, mas, particularmente, no plano das prioridades axiológicas” (TAMAYO, 1994, p.7).

Nos Estados Unidos, foram realizados vários estudos, por amostragem, em diferentes momentos históricos, visando comparar a hierarquia de valores da sociedade. Segundo Tamayo (1994), um dos estudos comparativos foi realizado pelo *Institute for Social Search*, da Universidade

⁷ No entanto, estas noções não são propriamente idênticas. A noção de «inteligência coletiva territorial» é diferente da noção de «inteligência territorial». A primeira encontra-se num patamar superior de elaboração e construção, uma vez que ela é fundamental para a criação de territórios rede.

de Michigan. Ao analisar os resultados alcançados em 1968 com os de 1981, se observou que os valores mais classificados em 1981 foram os mesmos classificados em 1968, entre os quais a liberdade, o autorrespeito, a felicidade e a sabedoria.

Mais recentemente, pesquisadores de vários lugares do mundo estudam a estrutura motivacional dos valores, especialmente Schwartz (1992; 2004), que definiu em sua teoria que os valores humanos são organizados em modelo circular, com “objetivos motivacionais”, como princípios orientadores da vida de um ser humano, ou de um grupo. Neste modelo, “os valores são representados como pontos no espaço multidimensional, de tal forma que as distâncias entre eles expressem as relações empíricas entre os valores” (TAMAYO, 1994, p. 8).

No Brasil, Tamayo e Schwartz (1993) identificaram quatro valores característicos da cultura brasileira que interagem na hierarquia axiológica, ou seja, os valores peculiares aos brasileiros, como importantes e superiores aos valores tradicionais. Entre os valores postulados estão a *esperteza*, como uma forma de preterir as dificuldades para chegar onde se deseja; o *sonho*, como uma visão positiva do futuro; a *vaidade*, como preocupação com a aparência e; o *trabalho*, como forma digna de sobrevivência. Este último, indicado como um dos valores supremos dos brasileiros, justifica-se pelos altos índices de desemprego e pelas precárias condições de realização do trabalho no país. Por fim, os autores identificaram também que a estrutura axiológica brasileira também é influenciada pelo gênero e pela ocupação dos sujeitos (TAMAYO, 1994). Neste contexto, pode-se assegurar que os valores humanos, variam no tempo e no espaço, nas culturas, nos gêneros e nas classes sociais e normalmente servem como critério de orientação, preferência e avaliação da vida em sociedade, ou seja, da direção e interação com o mundo social.

Neste contexto, os valores implicam em uma relação dialética com as normas, que são sempre um reflexo dos valores da sociedade. Em outros termos, normas e valores sempre atuam inseparavelmente para moldar os sujeitos dentro de um grupo, ou na sociedade. Neste sentido, os valores, as normas e as estruturas sociais possuem uma relação direta com a realidade social, que é compreendida por Berger e Luckmann (1985) como realidade objetiva e subjetiva, em um movimento dialético, conjugado em três momentos simultâneos, a exteriorização, a interiorização e a objetivação. A realidade é construída por uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da relação e atuação humana.

A realidade objetiva mostra-se nas estruturas básicas de institucionalização e legitimação, ou seja, as instituições pressupõem ações de reciprocidades, compartilhadas, construídas no processo histórico e que implicam em um sistema de controle da conduta humana. Já a realidade subjetiva trata do universo simbólico, do processo de socialização, primária ou secundária. Na primária, é a primeira socialização que o sujeito experimenta e somente depois se torna membro da sociedade. O ponto inicial desse processo é a interiorização que é a base da apreensão dos semelhantes, da criação da identidade, das emoções e “do mundo como realidade social dotada de sentido”. A socialização secundária “é a interiorização de ‘submundos’ institucionais” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 74).

Para analisar a dimensão social, na dinâmica territorial do desenvolvimento, em relação aos valores, normas e estruturas sociais citados acima, é oportuno também considerar algumas variáveis qualitativas fundamentais em toda a análise social: (i) principais valores compartilhados socialmente; (ii) compreensão dos princípios normativos que regem as condutas; (iii) percepção das estruturas sociais e normativas; (iv) percepção dos direitos sociais; (v) aspectos em que a presença ou falta de compartilhamento de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social; (vi) compartilhamento de valores sociais e perspectivas futuras; e (vii) capital social.

Na primeira variável priorizam-se os valores compartilhados socialmente, especialmente a solidariedade, a cooperação e a hospitalidade, princípios básicos em resposta às contradições sociais da sociedade capitalista. Segundo Kropotkin (2005, p. 169), o sujeito não vive solitário, elaboram-se nele sentimentos, hábitos importantes para a manutenção da sociedade. “Sem os sentimentos sociáveis, sem as práticas de solidariedade, a vida em comum teria sido absolutamente impossível”. Esses laços comunitários garantem a ação e organização coletiva. Porém, na atualidade, a solidariedade é um valor ligado a ações e as formas solidárias de participação em organizações, associações, com ou sem parceria do Estado, com o objetivo fundante de proporcionar benefícios àqueles sujeitos em situações de riscos sociais, ou à condição humana.

Outro valor, não menos importante é a cooperação, conjunto de práticas e ações sociais partilhadas entre sujeitos, grupos, que estimulam a confiança mútua. No território, quanto mais elevado o nível de confiança nas relações, maior a expectativa de cooperação (PUTNAM, 2006).

Assim como a cooperação e a solidariedade, a hospitalidade também está no centro das relações humanas, focalizada, especialmente, no âmbito da troca e do acolhimento, e ainda se manifesta nas relações que envolvem as ações de convidar, receber e retribuir. Nesse sentido, sugere-se uma análise que abrange esses conjuntos de valores presentes nas relações sociais como alternativas de acelerar o desenvolvimento econômico e social.

No que tange à compreensão dos princípios normativos que regem as condutas e a percepção das estruturas sociais e normativas, tal como a percepção dos direitos sociais, se recomenda analisar: (i) os conjuntos de normas que controlam o comportamento social, o que é permissível e o que não pode ser praticado; (ii) a imposição de deveres; (iii) limites de ação à conduta do sujeito, em suma, as sanções estabelecidas. No entanto, em cada grau normativo, se encontram normas de condutas e normas de estrutura, ou seja, normas voltadas para regular a produção de outras normas (BOBBIO, 1997). Para compreender o comportamento social, em particular a percepção, se faz necessário analisar a estrutura social, especialmente averiguar as funções imperativas, as posições sociais, os privilégios e os papéis ou status que desempenham, tais como as ordens proibitivas, imperativas e permissivas no território.

Quanto aos aspectos em que a presença ou falta de compartilhamento de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social, Coleman (1990), assegura que em “grupos cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros são capazes de realizar muito mais” em comparação de outros grupos que careçam de confiabilidade e confiança (COLEMAN, 1990, p. 302). Nesse sentido, é importante avaliar os principais valores sociais compartilhados com perspectivas futuras, as ações fundamentais para a superação dos dilemas ou levantar as mudanças de comportamento dos atores nas relações sociais, no território e na valorização do capital social.

Em relação ao capital social desenvolvem-se os pontos que parecem mais pertinentes para a compreensão da organização social, pois envolvem as relações sociais, as junções, os benefícios e as confluências. No entanto, não se nega os conflitos de interesses de sujeitos, de grupos ou de classes, originários de lutas pela manutenção ou aumento de posições privilegiadas ocupadas na estrutura social do território. O capital social refere-se às características da organização social, tais como: redes de relações sociais, normas e confiança que contribuam para a eficácia e para facilitar as ações de cooperação. Nesta vertente, o capital social apresenta-se abrangente e dinâmico, visto que as cadeias de relações sociais se multiplicam, notadamente as de confiança e de solidariedade são avultadas e colaboram com a eficiência da sociedade. Para Putnam (2006, p. 182), em um contexto complexo, a confiança social pode derivar de duas fontes conexas, a reciprocidade e os sistemas de participação cívica. A primeira está relacionada à troca e intercâmbio social, a segunda, à sistemas de participação cívica, representando uma intensa interação social, que exerce um poderoso efeito no território.

Em outra vertente, Bourdieu, Nogueira e Catani (2007, p. 67) discute o capital social como “um conjunto de recursos atuais e ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento”. Este pode ser entendido sob três aspectos: (i) os elementos característicos, ou propriedades comuns; (ii) os benefícios contraídos pelos sujeitos nas trocas materiais e simbólicas, na sua interação e participação em grupos ou redes sociais e; (iii) as formas de reprodução do capital social. Entende-se que determinados arranjos de capitais têm efeitos diferenciados sobre os territórios e isso se relaciona com o grau de mobilização da rede de apoio que se estabelece. Essas redes de ligação podem ser analisadas como formas de estratégias de investimento social, ou a reprodução de relações sociais no território.

Procedimentos de coletas e análise de dados na perspectiva de estudos do Patrimônio Territorial

Nas ciências sociais existe uma tradição consolidada no sentido de que o cientista, ao propor uma pesquisa, tem ciência de que seu objeto é histórico e, por ser histórico, encontra-se na condição de “estar” e não de “ser”. Com isso, o trabalho do cientista caminha na direção de propor um conjunto de procedimentos capazes de viabilizar a aproximação do objeto e a compreensão de suas manifestações, mesmo sabendo da impossibilidade de apreendê-lo em sua totalidade. Esta aproximação não se faz sem um referencial epistemológico e até mesmo gnosiológico, aspectos já expostos na introdução e na seção anterior deste texto. A missão, agora, é indicar um conjunto de

procedimentos que podem ser referência para a aproximação deste objeto histórico que é o patrimônio territorial no sentido de captar suas manifestações, ou características fundantes, em sua dimensão social. Em um passo seguinte procura-se propor técnicas de análise que viabilizem uma leitura de conjunto, crítica e propositiva.

Em propostas de pesquisas interdisciplinares, o caminho mais indicado, conforme Dallabrida et al (2021, p. 65), a partir da proposição de Minayo (2014), é a “triangulação de métodos”, tendo presente “um quadro de referência compartilhado”, que orienta a busca dos dados essenciais para captar as manifestações do objeto. A triangulação de métodos significa a adoção de uma postura de diálogo e de trabalho com diferentes instrumentos, sem, a priori, descartar qualquer possibilidade em nome de opções excludentes. O quadro de conceitos que indicam o caminho da investigação já foi explicitado na primeira seção deste artigo quando se apresentaram os três eixos da dimensão social e suas variáveis constitutivas.

Nesta perspectiva, entende-se que, para captar as manifestações da dimensão social do território, em pesquisas sobre patrimônio territorial, se pode propor um conjunto de procedimentos de coleta de dados, sem excluir outros que venham a se tornar importantes no andar das pesquisas. Como primeiro passo se propõe a coleta de dados secundários, disponíveis em ambientes públicos e privados (bancos de dados, sites oficiais, institutos, entre outros), indicadores consolidados no cenário acadêmico (Índice de Gini, IDH, IDHM, IVS, entre outros), documentos, produções científicas, informações oficiais, entre outros. Trata-se do momento de constituir o “estado da arte do objeto”, ou seja, de mapear as características já identificadas e poder reuni-las em um conjunto de elementos que permitam ser trabalhados e analisados.

Este “estado da arte” do objeto, obtido via dados secundários, precisa passar por um processo de cotejamento com a realidade vivida no território que se pretende pesquisar, a fim de evitar que a racionalidade instrumental suplante completamente o mundo da vida (HABERMAS, 1987). Para este momento, se propõe a utilização de técnicas que permitam este contato com o mundo da vida cotidiana, tais como visitas in loco, trabalhos de campo, registros da vida cotidiana, entrevistas semiestruturadas, entre outros. Trata-se de um momento no qual, na visão de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), o pesquisador “olha” e “ouve”, antes mesmo de “escrever”.

Mapeado o “estado da arte” e realizada a escuta e o olhar sobre o mundo da vida cotidiana, se pode avançar no processo em direção à identificação dos aspectos que carecem de informações para viabilizar a construção do mapa conceitual definido ou que se perceba a necessidade de ouvir mais vozes, identificar atores, compreender processos e entender relações. Para operacionalizar este desafio se pode lançar mão da aplicação de questionários (com questões abertas ou fechadas, dependendo das informações que se quer captar), seminários com grupos focais, entrevistas semiestruturadas, entre outros procedimentos.

Para organizar, sistematizar e analisar o material coletado, se propõe trabalhar com a hermenêutica de profundidade. O referencial teórico-metodológico proposto por John Thompson (1995) apresenta uma “abertura metodológica”, incluindo formas e procedimentos complementares e articulados entre si, que permitem ao pesquisador “analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado”, possibilitando “análises discursivas, de conteúdo, semióticas ou de qualquer padrão formal que venha a ser necessário” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 87). “O mundo sócio-histórico não é apenas um campo objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído [...]” (THOMPSON, 1995, p. 359).

O referencial proposto por Thompson indica um momento preliminar (“interpretação da doxa”) e três fases no processo de operacionalização da hermenêutica de profundidade: “análise sócio-histórica”, “análise formal ou discursiva” e “interpretação/reinterpretação”. Porém, ele deixa claro que não se tratam de fases sequentes, mas sim articuladas e compreendidas no conjunto do processo de pesquisa. Elas devem ser organizadas a partir das necessidades da pesquisa e do espírito crítico e criativo do pesquisador (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

A “interpretação da doxa” se constitui no momento no qual o pesquisador ou o grupo de pesquisa procura identificar o conjunto de crenças, opiniões, visões, percepções e compreensões que estão presentes no ambiente social no qual se realiza a pesquisa. Trata-se de uma descrição criteriosa daquilo que se quer estudar; de uma “avaliação criteriosa de como os sujeitos entendem sua realidade cotidiana” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88). Este nível de análise preliminar visa evitar que as leituras feitas pelos pesquisadores sejam desconectadas dos contextos sociais nos quais são produzidas.

A “análise sócio-histórica” é o momento de “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 366). Supõe compreender que as formas simbólicas são criadas e circulam em contextos sociais, espaciais e temporais particulares que precisam ser apreendidos e compreendidos pelos pesquisadores. Para isso, Thompson propõe atenção especial para as “situações espaço-temporais” (condições de espaço e de períodos históricos em que as formas simbólicas foram estruturadas, colocadas em circulação e percebidas pelas pessoas), os “campos de interação” (espaços de posições e trajetórias, bem como capital social disponível às pessoas, grupos e instituições) as “instituições sociais” (conjunto de regras, normas, recursos e relações relativamente estáveis que conformam a dinâmica social), a “estrutura social” (assimetrias e diferenças mais ou menos estáveis na distribuição de poder, recursos e oportunidades, bem como os critérios, categorias e princípios que as sustentam) e os “meios técnicos de construção de mensagem e de transmissão” (substrato material através do qual as formas simbólicas são produzidas e transmitidas).

A “análise formal ou discursiva” é a segunda fase da hermenêutica de profundidade. Nesta, o foco se volta para a compreensão das “estruturas pelas quais as formas simbólicas são compostas e organizadas nas mensagens, e de como mobilizam sentidos” (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016, p. 294), discutindo seus padrões e suas relações, na referência com o contexto sócio-histórico. É preciso ter presente que se trata de um duplo movimento articulado: a análise dos elementos internos constitutivos das formas simbólicas e a relação com as condições de sua produção, seu contexto sócio-histórico (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

A terceira fase da hermenêutica de profundidade é constituída pela “interpretação/reinterpretação”. A partir do material coletado, organizado e sistematizado nas etapas anteriores se parte agora para a produção de possíveis sínteses, integrando o conteúdo das formas simbólicas à análise do contexto de sua produção. “Trata-se de uma explicação interpretativa, plausível e bem fundamentada – daí a necessidade de um referencial teórico consistente – do fenômeno investigado”. (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 89).

O Quadro 1, de certa forma, sintetiza a proposta metodológica apresentada para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial.

Quadro 1: Proposta metodológica para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Dimensão social			
Componentes	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	Técnica de Interpretação
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Emprego formal	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); - Índice de Gini; - IDH e IDHM; - IVS; - Visitas in loco, - Entrevistas; - Questionários;	
	Trabalho informal		
	Distribuição da riqueza entre as classes ou estratos de classe		
	Indicadores de desenvolvimento humano		
	Indicadores de vulnerabilidade Social		
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	- Visitas in loco; - Trabalhos de campo; - Registros da vida cotidiana; - Entrevistas semiestruturadas; - Questionários; - Seminários com grupos focais;	Hermenêutica de Profundidade: - Interpretação da doxa (etapa preliminar) Análise sócio-histórica;
	Movimentos sociais		
	Redes de relações		
	Organizações e Instituições sociais		
	Formas de Interação, cooperação e associação		
	Principais conflitos		
Valores, normas e estruturas sociais	Principais Valores compartilhados socialmente	- Visitas in loco; - Trabalhos de campo; - Registros da vida cotidiana; - Entrevistas semiestruturadas; - Questionários; - Seminários com grupos focais;	Análise formal ou discursiva; Interpretação/ Reinterpretação
	Compreensão dos princípios normativos que regem as condutas		
	Percepção das estruturas sociais e normativas por parte da população:		
	Percepção dos direitos sociais por parte da população		
	Aspectos em que a presença ou falta de compartilhamento de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social;		
	Necessidade em termos de compartilhamento de valores sociais e perspectivas futuras.		
Capital social.			

Fonte: Organizado pelos autores.

Os três componentes essenciais da dimensão social podem ser explicitados no detalhamento de suas respectivas variáveis, capturadas a partir de múltiplos instrumentos de coleta de dados, organizados, sistematizados e interpretados a partir da hermenêutica de profundidade. Trata-se de uma proposta epistêmico-teórico-metodológica para o estudo da dimensão social, que precisa, como já referido no escopo deste artigo, ser discutida na relação com as demais dimensões do território, no contexto do projeto de pesquisa proposto e na equipe de pesquisadores envolvidos.

Considerações Finais

Este artigo procurou estabelecer uma reflexão sobre a dimensão social do território, delimitando uma possível compreensão da mesma, apontando seus componentes e variáveis, assim como propondo procedimentos de coleta e análise de dados capazes de orientar pesquisas a respeito da mesma. Tem-se claro que a reflexão sobre a dimensão social do território não significa que ela possa ser isolada da totalidade, mas sim que ela deva ser esmiuçada, com o devido rigor científico, no sentido de melhor compreendê-la. A compreensão da totalidade é que dá sentido às suas múltiplas dimensões e escalas. Porém, não se entende a totalidade sem um olhar analítico, com os instrumentos da ciência, no sentido de explicitar suas características constitutivas.

Entende-se que a dimensão social de dado território possa ser compreendida a partir de três grandes componentes analíticos, articulados entre si: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos; (ii) as formas de organização e interação; e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que a constituem e lhe dão consistência. O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho como fonte principal de produção de riqueza e no mercado como lócus essencial da circulação, do acesso e do consumo dos bens e serviços produzidos. É por meio do trabalho que os seres humanos modificam a matéria-prima extraída da natureza para transformá-las em produtos que são colocados no mercado.

Nesse contexto, as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços (ou consumo) possuem uma intrínseca conexão e proximidade, são marcados por intensas contradições e se apresentam de formas diversas, em diferentes territórios. Para estudá-las se propõe trabalhar com, pelo menos, cinco variáveis: (i) situação do trabalho formal; (ii) situação do trabalho informal; (iii) distribuição de renda entre as classes ou estratos de classe; (iv) indicadores de desenvolvimento humano; e (v) indicadores de vulnerabilidade social.

Em um cenário de globalização, grandes transições, enormes desigualdades e acentuada polarização social, compreender as formas de organização e interação presentes em um dado território requer uma nova sociologia do conhecimento e uma abordagem interdisciplinar que esteja atenta para, pelo menos, seis variáveis essenciais: (i) os grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) os movimentos sociais organizados; (iii) as principais redes de relações; (iv) as organizações e instituições sociais; (v) as principais formas de interação, cooperação e associação; e (vi) os principais conflitos.

Quando se trata de olhar para os valores, normas e estruturas sociais, se tem presente a necessidade de identificar os atores, os interesses de classes, as contradições, os processos históricos, e, especialmente, compreender como a sociedade se organiza no território. Nas sociedades capitalistas, os valores cumprem um papel decisivo na práxis social; a hegemonia dos valores dominantes (de classes ou de grupos) influencia a população a agir nos territórios conforme crenças e interesses, especialmente econômicos e políticos; e se cria, de certa forma, uma percepção abstrata de valores supostamente universais. Para compreender este cenário se propõe especial atenção para sete variáveis essenciais: (i) principais valores compartilhados socialmente; (ii) compreensão dos princípios normativos que regem as condutas; (iii) percepção das estruturas sociais e normativas; (iv) percepção dos direitos sociais; (v) aspectos em que a presença ou falta de compartilhamento de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social; (vi) compartilhamento de valores sociais e perspectivas futuras; e (vii) capital social.

A reflexão sobre a dimensão social dos territórios, em estudos centrados no patrimônio territorial, estabelecida neste texto, evidenciou a necessidade de se trabalhar com três grandes componentes e dezoito variáveis, a partir de uma abordagem interdisciplinar, multidimensional e multiescalar, que esteja atenta às grandes transformações em curso nas sociedades mundiais, mas, ao mesmo tempo, mantenha sensibilidade para perceber as manifestações dos diferentes atores e o desenho dos diversos cenários. Para que isso seja possível, a postura epistemológica, teórica e metodológica requer atenção especial dos pesquisadores que precisam “ir a campo” munidos de ferramentas adequadas, capazes de serem reconstruídas constantemente na interação com a realidade. Eis o grande desafio que se impõe.

Referências

ARENHART, L. O.; HAHN, N. B.; ARENHART, A. B. P.; ROTTA, E. **Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa**. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

BAUMANN, R. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B.; PAIVA, M. G. D. (Org). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**. IPEA/PNUD, 2005.

BOBBIO, N. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 9. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BOURDIEU, P.; NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental–Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CHEN, M. The Informal Economy: Definitions, Theories and Policies. **WIEGO working Paper**, v. 1, n. 26, p. 90141-4, 2012.

COHEN, D. **Il faut dire que les temps ont changé: Cronique (fièvreuse) d'une mutation qui inquiète**. Paris: Éditions Albin Michel. 2018.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CORIAT, B. (Dir.). **Le Retour des Comuns: la crise de l'idéologie propriétaire**. LLL(Les Liens que Libères). Obra publicada com o apoio de l'ARN (Agence national de la recherche). Paris, 2015.

COVAS, A. **Transição digital e inteligência coletiva territorial**. Lisboa: Editora Sílabo, 2021.

COVAS, A.; COVAS, M. M. A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade. Dos territórios-zona aos territórios-rede. Construir um território de múltiplas territorialidades. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 3, p. 43-66, junho 2013a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. **A construção social dos territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade**. São Paulo: Editora LiberArs, [eBook Kindle], 2014b.

COVAS, A.; COVAS, M. M. A Inteligência dos Territórios: Os *terroirs* como espaços de inovação colaborativa. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 23, Edição especial, p. 40-54, 2019.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Em busca de uma racionalidade territorial multiníveis nos processos de governança regional: o exemplo da região do Algarve. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 3, n. 2, p. 66-85, 2013b.

COVAS, A.; COVAS, M. M. **Os territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade**. Lisboa: Editora Colibri, 2014a.

COVAS, A.; COVAS, M. M.; DALLABRIDA, V. R. Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. **Biblio3W**, Barcelona, v. XXIV, n. 1.2682, p. 1-22, abril de 2019.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; COVAS, M. M.; COVAS, A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária, mas não suficiente. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 360-378, maio/ago. 2017.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago. 2021.
- DIAS, L.; SILVEIRA, R. **Redes, Sociedades e Territórios** (Org.). UNISC: Santa Cruz do Sul. 2007.
- GHAI, D. (Ed.). **Decent work: Objectives and strategies**. Geneva: ILS; ILO, 2006. Disponível em: <<https://psa.gov.ph/sites/default/files/Decent%20Work%20Objectives%20and%20Activities.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2021.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- INNERARITY, D. **A Sociedade Invisível: Como observar e interpretar as transformações do mundo atual**. Lisboa: Teorema. 2009.
- INNERARITY, D. **O Novo Espaço Público**. Lisboa: Teorema. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.
- JONAS, A. E. Local labour control regimes: uneven development and the social regulation of production. **Regional Studies**, v. 30, n. 4, p. 323-38, 1996.
- KROPOTKIN, P. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Ícone/imaginário, 2005.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Lisboa: Editora Guerra e Paz. 2021.
- LIMA, P. G. Ciência e Epistemologia: reflexões necessárias à pesquisa educacional. **Quaestio**, Sorocaba (SP), v. 12, p. 109-138, nov. 2010.
- MAGNAGHI, A. Mettere in comune il patrimonio territoriale: dalla partecipazione all'autogoverno. **Glocale - Rivista molisana di storia e scienze sociali**, n. 9/10, p. 139-157, 2015.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016. **Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 7, n. 13, p. 72-94, 2018.
- MILLAR, K. **The Informal Economy: Condition and Critique of Advanced Capitalism**. Durban: CCS, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.
- NAZÁRIO, H. R.; REINO, L. S. S.; MANFREDINI, R. A hermenêutica de profundidade e suas implicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 288-305, mai./ago. 2016.

NEVES, C.; CAMARA, M. R. G. Da; SESSO FILHO, U. A.; ESTEVES, E. G. Z.; MARCONATO, M. Análise do Índice de Gini nos Municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: Uma Abordagem Exploratória de Dados Espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 9, n. 2, p. 209-227, Jun. 2016.

PATTENDEN, J. Working at the margins of global production networks: local labour control regimes and rural-based labourers in South India. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 10, p. 1809-1833, 2016.

PRONI, M. W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **Economia e Sociedade**, n. 22, p. 825-854, 2013.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RAMOS, J. P. S.; COSTA, F. M. Análise Comparativa Sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) Entre o Município de Santa Inês (BA), a Bahia e o Brasil no Ano de 2010. **VIII Semana de Economia: Políticas Públicas para o Desenvolvimento**. 2018.

RIFKIN, J. **A Era do Acesso: A Revolução da nova Economia**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ROKEACH, M. **Understanding Human Values: Individual and Societal**. New York: Free Press, 1979.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. **Advances in Experimental Social Psychology**, v. 25, p.1-65, 1992.

SCHWARTZ, S. H; BOEHNKE, K. Evaluating the Structure of Human Values with Confirmatory Factor Analysis. **Journal of Research in Personality**, v. 38, p. 230-255, 2004.

SMITH, A.; BARBU, M.; CAMPLING, L.; HARRISON, J.; RICHARDSON, B. Labor regimes, global production networks, and European union trade policy: labor standards and export production in the Moldovan clothing industry. **Economic Geography**, n. 94(5), p. 550-74, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-71.

TAMAYO, A; SCHWARTZ, S. H. Estrutura motivacional dos valores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 9, p. 329-348, 1993.

TAMAYO, A. Hierarquia de Valores transculturais e brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 269-286, 1994.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 2, p. 85-93, maio/ago. 2006.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.